

# PREGÃO ELETRÔNICO

90143/2025

## CONTRATANTE (UASG)

Grupamento de Apoio de Belém (120628)

## OBJETO

Aquisição de Medicamentos, com a cessão do equipamento referente ao item 147, em regime de comodato, a serem utilizados pelo Hospital de Aeronáutica de Belém e demais organizações apoiadas pelo Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE).

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.618.603,22

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme data de sessão pública no sistema Compras Governamentais (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Conforme item 3.6 do Edital.

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

## Edital 8/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	120628-GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM	VERENA SILVA DE SOUZA	02/06/2026 13:20 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67215.008107/2025-18

## 1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90143/2025

Processo Administrativo nº 67215.008107/2025-18

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) COMANDO DA AERONAUTICA, CNPJ 00.394.429 /0197-15, por meio do(a) GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM, sediado(a) JULIO CESAR S/N, SN, bairro SOUZA, na cidade de BELEM/PA , CEP 66613902, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data de abertura: 08/07/2026

Horário: 09: 00 Horas

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Medicamentos, com a cessão do equipamento referente ao item 147, em regime de comodato, a serem utilizados pelo Hospital de Aeronáutica de Belém e demais organizações apoiadas pelo Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. No item 143, não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.12. pessoas físicas.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário do item;
- 6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de .....
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.11.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.11.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.11.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.13.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.22. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de UM PERCENTUAL ENTRE 10% A 30 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail: sobc.babe@gmail.com.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://apl.sti.fab.mil.br/epags/>.

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. , salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: sobc.babe@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.7. Anexo VII – Modelo de Proposta

Belém, 02 de junho de 2026.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LIDIA BORGES AMBROSIO**

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL_120628-000008-2026
Data/Hora de Criação:	03/06/2026 17:32:10
Páginas do Documento:	22
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	23
Hash MD5:	f7ab125db8abeaca6d76837deb272ff2
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 20/06/2026 às 13:20:09 no horário oficial de Brasília.

# Termo de Referência 233/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
233/2025	120628-GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM	MARCOS AZEVEDO DOS SANTOS	13/02/2026 09:32 (v 0.11)

Status

ASSINADO

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II – compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67215.XXXXXXX/2025-XX

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **Aquisição de Medicamentos, com a cessão do equipamento referente ao item 147, em regime de comodato, a serem utilizados pelo Hospital de Aeronáutica de Belém e demais organizações apoiadas pelo Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE)**, conforme condições, quantidades e exigências, estabelecidos neste instrumento.

1.1.1. Os fabricantes deverão possuir registro(s) do(s) materiais fornecidos pela ANVISA ou Certificado de cadastramento emitido pela ANVISA, quando o produto estiver dispensado de registro. (Poderá ser apresentado através de documento impresso oriundo do site da ANVISA, que posteriormente será verificado sua autenticidade pela internet, cópia autenticada ou original, ou ainda, cópia autenticada ou Original da publicação do registro ou cadastramento no diário oficial da União).

1.1.1.1. Caso o Registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado a sua revalidação sem que a mesma tenha sido publicada no Diário Oficial, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, conforme disposto no art.12, 6º da Lei Nº 6.360/76, regulamentada do decreto Nº 79.094/77.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	CATMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACETILCISTEÍNA 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 3 ML <b>ORS290001HM</b>	UN	335091	250	R\$ 6,42	<b>R\$ 1.605,00</b>
2	ACETILCISTEÍNA 600 MG, GRANULADO PARA SOLUÇÃO ORAL, ENVELOPE 5 G <b>ORS290002HM</b>	UN	274806	3.008	R\$ 1,13	<b>R\$ 3.399,04</b>
3	ÁCIDO AMINOCAPROICO 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 20 ML <b>ORS290003HM</b>	UN	278646	500	R\$ 32,86	<b>R\$ 16.430,00</b>
4	ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA "C") 500 MG/5 ML, INJETÁVEL, AMPOLA <b>ORS290004HM</b>	UN	271687	900	R\$ 4,67	<b>R\$ 4.203,00</b>
5	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG/5 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5 ML <b>ORS290005HM</b>	UN	327566	1.100	R\$ 5,11	<b>R\$ 5.621,00</b>
6	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ÁCIDOS CAPRÍLICO, CÁPRICO, LÁURICO + LINOLÊICO, LECITINA DE SOJA + VITAMINAS "A" E "E", LOÇÃO OLEOSA, FRASCO 200 ML <b>ORS290006HM</b>	UN	281657	850	R\$ 6,88	<b>R\$ 5.848,00</b>
7	ÁGUA BI-DESTILADA, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, AMPOLA 10 ML <b>ORS290007HM</b>	UN	315056	55.100	R\$ 2,26	<b>R\$ 124.526,00</b>
8	ÁGUA BI-DESTILADA, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, FRASCO 1000 ML <b>ORS290008HM</b>	UN	315056	1.200	R\$ 15,07	<b>R\$ 18.084,00</b>
9	ÁGUA BI-DESTILADA, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, FRASCO 500 ML <b>ORS290009HM</b>	UN	315056	850	R\$ 9,94	<b>R\$ 8.449,00</b>
10	ALBUMINA HUMANA 20 %, INJETÁVEL, FRASCO 50 ML <b>ORS290010HM</b>	UN	268376	200	R\$ 191,19	<b>R\$ 38.238,00</b>
11	ALFENTANILA 0,544 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5 ML <b>ORS290011HM</b>	UN	268378	100	R\$ 27,16	<b>R\$ 2.716,00</b>
12	ALTEPLASE 50 MG, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL + DILUENTE, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290012HM</b>	UN	436418	35	R\$ 2.779,96	<b>R\$ 97.298,60</b>

13	AMICACINA SULFATO 250 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290013HM</b>	UN	<b>268381</b>	500	R\$ 9,52	<b>R\$ 4.760,00</b>
14	AMINOFILINA 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290014HM</b>	UN	<b>292402</b>	450	R\$ 14,22	<b>R\$ 6.399,00</b>
15	AMIODARONA 150 MG/3 ML, INJETÁVEL, AMPOLA <b>ORS290015HM</b>	UN	<b>271710</b>	600	R\$ 4,19	<b>R\$ 2.514,00</b>
16	AMPICILINA + SULBACTAM, 1000 MG + 500 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290016HM</b>	UN	<b>270556</b>	500	R\$ 9,79	<b>R\$ 4.895,00</b>
17	AMPICILINA 1 G, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290017HM</b>	UN	<b>268207</b>	450	R\$ 7,84	<b>R\$ 3.528,00</b>
18	ANFOTERICINA “B”, 50 MG + 10 ML DILUENTE, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290018HM</b>	UN	<b>268395</b>	50	R\$ 48,62	<b>R\$ 2.431,00</b>
19	ANFOTERICINA “B”, LIPOSOMAL 50 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290019HM</b>	UN	<b>268394</b>	25	R\$ 2.673,90	<b>R\$ 66.847,50</b>
20	ANIDULAFUNGINA, 100 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290020HM</b>	UN	<b>379002</b>	240	R\$ 366,81	<b>R\$ 88.034,40</b>
21	ATROPINA 0,25 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290021HM</b>	UN	<b>268214</b>	1.350	R\$ 2,09	<b>R\$ 2.821,50</b>
22	AZUL DE TRYPAN 0,1%, CORANTE INTRA-OCULAR, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290022HM</b>	UN	<b>327563</b>	50	R\$ 26,54	<b>R\$ 1.327,00</b>
23	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290023HM</b>	UN	<b>270612</b>	650	R\$ 15,26	<b>R\$ 9.919,00</b>
24	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290024HM</b>	UN	<b>270613</b>	200	R\$ 15,98	<b>R\$ 3.196,00</b>
25	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 1.000.000 UI, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290025HM</b>	UN	<b>270615</b>	200	R\$ 12,90	<b>R\$ 2.580,00</b>
26	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	UN	<b>270616</b>	200	R\$ 13,50	<b>R\$ 2.700,00</b>

	<b>ORS290026HM</b>					
27	BETAMETASONA DIPROPINATO 5 MG, BETAMETASONA FOSFATO 2 MG, INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290027HM</b>	UN	<b>270590</b>	200	R\$ 10,53	<b>R\$ 2.106,00</b>
28	BICARBONATO DE SÓDIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290028HM</b>	UN	<b>276097</b>	200	R\$ 2,46	<b>R\$ 492,00</b>
29	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290029HM</b>	UN	<b>268222</b>	2.200	R\$ 2,24	<b>R\$ 4.928,00</b>
30	BIPERIDENO CLORIDRATO 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290030HM</b>	UN	<b>396604</b>	500	R\$ 5,47	<b>R\$ 2.735,00</b>
31	BROMOPRIDA 5 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290031HM</b>	UN	<b>269958</b>	2.250	R\$ 4,21	<b>R\$ 9.472,50</b>
32	BUPIVACAÍNA CLORIDRATO, GLICOSE 0,5% + 8%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 4 ML <b>ORS290032HM</b>	UN	<b>270095</b>	420	R\$ 7,62	<b>R\$ 3.200,40</b>
33	CEFALOTINA SÓDICA 1 G, PÓ LIÓFILO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE, FRASCO- AMPOLA <b>ORS290033HM</b>	UN	<b>445915</b>	250	R\$ 8,15	<b>R\$ 2.037,50</b>
34	CEFAZOLINA SÓDICA 1 G, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290034HM</b>	UN	<b>442693</b>	1.650	R\$ 8,46	<b>R\$ 13.959,00</b>
35	CEFEPIMA CLORIDRATO 1 G, PÓ LIÓFILO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290035HM</b>	UN	<b>339846</b>	1.000	R\$ 19,23	<b>R\$ 19.230,00</b>
36	CEFTAZIDIMA 1 G, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290036HM</b>	UN	<b>442694</b>	1.200	R\$ 17,99	<b>R\$ 21.588,00</b>
37	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290037HM</b>	UN	<b>442701</b>	5.500	R\$ 7,70	<b>R\$ 42.350,00</b>
38	CEFUROXIMA 750 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290038HM</b>	UN	<b>442709</b>	200	R\$ 12,60	<b>R\$ 2.520,00</b>
39	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIÓFILO PARA	UN	<b>448844</b>	8.200	R\$ 8,07	<b>R\$ 66.174,00</b>

	INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290039HM</b>					
40	CETOPROFENO 50 MG/ML IM, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290040HM</b>	UN	448845	850	R\$ 3,96	<b>R\$ 3.366,00</b>
41	CIMETIDINA 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290041HM</b>	UN	340167	1.000	R\$ 6,20	<b>R\$ 6.200,00</b>
42	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 200 MG/100 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO <b>ORS290042HM</b>	UN	292418	700	R\$ 19,94	<b>R\$ 13.958,00</b>
43	CLARITROMICINA 500 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML <b>ORS290043HM</b>	UN	268440	1.200	R\$ 37,65	<b>R\$ 45.175,20</b>
44	CLINDAMICINA 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 4 ML <b>ORS290044HM</b>	UN	292419	3.000	R\$ 8,92	<b>R\$ 26.760,00</b>
45	CLORETO DE POTÁSSIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290045HM</b>	UN	267161	2.600	R\$ 1,19	<b>R\$ 3.094,00</b>
46	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, AMPOLA 10 ML <b>ORS290046HM</b>	UN	268236	24.000	R\$ 1,11	<b>R\$ 26.640,00</b>
47	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM ISENTA DE PVC COM 100 ML <b>ORS290047HM</b>	UN	452796	50.100	R\$ 5,74	<b>R\$ 287.574,00</b>
48	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM ISENTA DE PVC COM 250 ML <b>ORS290048HM</b>	UN	452796	4.500	R\$ 12,07	<b>R\$ 54.315,00</b>
49	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM ISENTA DE PVC COM 500 ML <b>ORS290049HM</b>	UN	452796	22.500	R\$ 12,34	<b>R\$ 277.650,00</b>
50	CLORETO DE SÓDIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290050HM</b>	UN	382563	1.800	R\$ 1,31	<b>R\$ 2.358,00</b>
51	CLORPROMAZINA 25 MG/ 5 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5 ML	UN	268069	100	R\$ 5,83	<b>R\$ 583,00</b>

	<b>ORS290051HM</b>					
<b>52</b>	COLAGENASE 0,6 UI/G + CLORANFENICOL 1%, POMADA, BISNAGA 30 G <b>ORS290052HM</b>	UN	<b>270495</b>	320	R\$ 21,70	<b>R\$ 6.944,00</b>
<b>53</b>	COLAGENASE POMADA 0.6UI, POMADA, BISNAGA 30 G <b>ORS290053HM</b>	UN	<b>268958</b>	110	R\$ 22,32	<b>R\$ 2.455,20</b>
<b>54</b>	CONTRASTE RADIOLÓGICO NÃO-IÔNICO, IOHEXOL 350 MG DE IODO/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 50 ML <b>ORS290054HM</b>	UN	<b>316335</b>	300	R\$ 128,01	<b>R\$ 38.403,00</b>
<b>55</b>	CONTRASTE RADIOLÓGICO NÃO-IONICO, IOVERSOL 320 MG DE IODO/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 50 ML <b>ORS290055HM</b>	UN	<b>434999</b>	300	R\$ 149,00	<b>R\$ 44.700,00</b>
<b>56</b>	CONTRASTE RADIOLÓGICO, IOPAMIDOL 300MG DE IODO/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 50 ML <b>ORS290056HM</b>	UN	<b>305236</b>	700	R\$ 131,22	<b>R\$ 91.854,00</b>
<b>57</b>	DANTROLENO SÓDICO 20 MG, PÓ LIOFILIZADO PARA INJETÁVEL + DILUENTE, FRASCO-AMPOLA. <b>ORS290057HM</b>	UN	<b>632442</b>	50	R\$ 264,22	<b>R\$ 13.211,00</b>
<b>58</b>	DEXAMETASONA 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,5 ML <b>ORS290058HM</b>	UN	<b>292427</b>	13.500	R\$ 3,50	<b>R\$ 47.250,00</b>
<b>59</b>	DEXMEDETOMIDINA CLORIDRATO 100 MCG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 2 ML <b>ORS290059HM</b>	UN	<b>352204</b>	750	R\$ 22,37	<b>R\$ 16.777,50</b>
<b>60</b>	DICLOFENACO SAL SÓDICO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 3 ML <b>ORS290060HM</b>	UN	<b>271003</b>	3.500	R\$ 3,16	<b>R\$ 11.060,00</b>
<b>61</b>	DIFENIDRAMINA CLORIDRATO 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290061HM</b>	UN	<b>272217</b>	100	R\$ 26,05	<b>R\$ 2.605,00</b>
<b>62</b>	DIMENIDRINATO, PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG +5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290062HM</b>	UN	<b>272336</b>	3.000	R\$ 13,70	<b>R\$ 41.100,00</b>
<b>63</b>	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290063HM</b>	UN	<b>268252</b>	26.000	R\$ 2,03	<b>R\$ 52.780,00</b>

64	DOBUTAMINA CLORIDRATO 12,5 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 20 ML <b>ORS290064HM</b>	UN	268446	200	R\$ 12,40	<b>R\$ 2.480,00</b>
65	DOPAMINA 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290065HM</b>	UN	268960	500	R\$ 12,75	<b>R\$ 6.375,00</b>
66	ENOXAPARINA 20 MG/0,2 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PREENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA, USO SUBCUTÂNEO, OBEDECENDO A NR32 E QUE TENHA CONCLUÍDO ESTUDOS CLÍNICOS FASE 03 <b>ORS290066HM</b>	UN	448982	950	R\$ 25,74	<b>R\$ 24.453,00</b>
67	ENOXAPARINA 40 MG/0,4 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PREENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA, USO SUBCUTÂNEO, OBEDECENDO A NR32 E QUE TENHA CONCLUÍDO ESTUDOS CLÍNICOS FASE 03 <b>ORS290067HM</b>	UN	448982	5.250	R\$ 40,26	<b>R\$ 211.365,00</b>
68	ENOXAPARINA SÓDICA 60 MG/0,6 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PREENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA, USO SUBCUTÂNEO, OBEDECENDO A NR32 E QUE TENHA CONCLUÍDO ESTUDOS CLÍNICOS FASE 03 <b>ORS290068HM</b>	UN	448982	300	R\$ 68,83	<b>R\$ 20.649,00</b>
69	EPINEFRINA (ADRENALINA) 1 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290069HM</b>	UN	268255	1.200	R\$ 4,37	<b>R\$ 5.244,00</b>
70	ERTAPENEM SÓDICO 1G, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290070HM</b>	UN	274149	100	R\$ 246,01	<b>R\$ 24.601,00</b>
71	ESCETAMINA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML <b>ORS290071HM</b>	UN	602763	800	R\$ 85,21	<b>R\$ 68.168,00</b>
72	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5 ML <b>ORS290072HM</b>	UN	270621	1.500	R\$ 4,54	<b>R\$ 6.810,00</b>
73	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290073HM</b>	UN	267282	8.900	R\$ 5,27	<b>R\$ 46.903,00</b>
74	ETANOLAMINA OLEATO 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290074HM</b>	UN	282580	500	R\$ 8,80	<b>R\$ 4.400,00</b>

75	ETILEFRINA CLORIDRATO 10 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290075HM</b>	UN	272198	600	R\$ 11,32	<b>R\$ 6.792,00</b>
76	ETOMIDATO 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290076HM</b>	UN	270116	200	R\$ 16,75	<b>R\$ 3.350,00</b>
77	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5 ML <b>ORS290077HM</b>	UN	267107	1.050	R\$ 4,38	<b>R\$ 4.599,00</b>
78	FENTANILA SAL CITRATO 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290078HM</b>	UN	271950	650	R\$ 9,14	<b>R\$ 5.941,00</b>
79	FENTANILA SAL CITRATO 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 10 ML <b>ORS290079HM</b>	UN	271950	3.000	R\$ 8,85	<b>R\$ 26.550,00</b>
80	FITOMENADIONA (VITAMINA "K1") 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290080HM</b>	UN	292399	400	R\$ 4,14	<b>R\$ 1.656,00</b>
81	FLUCONAZOL 2 MG/ML, INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, BOLSA COM 100 ML <b>ORS290081HM</b>	UN	271116	650	R\$ 14,17	<b>R\$ 9.210,50</b>
82	FLUORESCEÍNA 10 MG/ML (1%), SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO <b>ORS290082HM</b>	UN	272944	50	R\$ 53,33	<b>R\$ 2.666,50</b>
83	FUROSEMIDA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290083HM</b>	UN	267666	3.500	R\$ 4,27	<b>R\$ 14.945,00</b>
84	GANCICLOVIR SÓDICO 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, BOLSA 500 ML <b>ORS290084HM</b>	UN	330113	100	R\$ 208,00	<b>R\$ 20.800,00</b>
85	GLICEROL (GLICERINA) 12%, CLISTER, FRASCO 500 ML <b>ORS290085HM</b>	UN	269622	300	R\$ 22,08	<b>R\$ 6.624,00</b>
86	GLICOSE 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, BOLSA ISENTA DE PVC COM 250 ML <b>ORS290086HM</b>	UN	603563	200	R\$ 7,56	<b>R\$ 1.512,00</b>
87	GLICOSE 25%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290087HM</b>	UN	267540	1.200	R\$ 1,36	<b>R\$ 1.632,00</b>

88	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, BOLSA ISENTA DE PVC COM 250 ML <b>ORS290088HM</b>	UN	357880	1.400	R\$ 6,14	<b>R\$ 8.596,00</b>
89	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, BOLSA ISENTA DE PVC COM 500 ML <b>ORS290089HM</b>	UN	357880	1.400	R\$ 8,37	<b>R\$ 11.718,00</b>
90	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290090HM</b>	UN	267541	5.200	R\$ 2,10	<b>R\$ 10.920,00</b>
91	GLICOSE 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, BOLSA ISENTA DE PVC COM 500 ML <b>ORS290091HM</b>	UN	603563	200	R\$ 8,46	<b>R\$ 1.692,00</b>
92	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/ML, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA DE 5 ML <b>ORS290092HM</b>	UN	272796	150	R\$ 27,78	<b>R\$ 4.167,00</b>
93	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 0,25 ML <b>ORS290093HM</b>	UN	272796	560	R\$ 10,07	<b>R\$ 5.639,20</b>
94	HALURONATO DE SÓDIO, 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRA-ARTICULAR, SERINGA PREENCHIDA 2 ML <b>ORS290094HM</b>	UN	455732	50	R\$ 524,33	<b>R\$ 26.216,50</b>
95	HIDRALAZINA 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA <b>ORS290095HM</b>	UN	268115	400	R\$ 13,12	<b>R\$ 5.248,00</b>
96	HIDROCORTISONA SAL ACETATO 100 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290096HM</b>	UN	342133	3.000	R\$ 10,49	<b>R\$ 31.470,00</b>
97	HIDROCORTISONA SAL ACETATO 500 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290097HM</b>	UN	342132	1.250	R\$ 12,90	<b>R\$ 16.125,00</b>
98	HIDROXIETILAMIDO (HETAMIDO), 60 MG/ML (6%) SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, BOLSA COM 500 ML <b>ORS290098HM</b>	UN	433293	60	R\$ 60,40	<b>R\$ 3.624,00</b>
99	IMIPENEM CILASTATINA SÓDICA, 500 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, COM BOLSA DILUENTE NA CL 0,9% 100 ML <b>ORS290099HM</b>	UN	342259	100	R\$ 60,11	<b>R\$ 6.011,00</b>
100	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-Rho (D), 250	UN	268490	12	R\$ 303,81	<b>R\$ 3.645,72</b>

	MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EMBALAGEM COM 1 SERINGA PREENCHIDA <b>ORS290100HM</b>					
101	INSULINA HUMANA NPH, 100U/ML, INJETÁVEL, FRASCO 10 ML <b>ORS290101HM</b>	UN	271157	200	R\$ 94,98	<b>R\$ 18.996,00</b>
102	INSULINA HUMANA REGULAR 100U/ML, INJETÁVEL, FRASCO 10 ML <b>ORS290102HM</b>	UN	271154	200	R\$ 59,51	<b>R\$ 11.902,00</b>
103	IPRATRÓPIO BROMETO 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO, FRASCO 20 ML <b>ORS290103HM</b>	UN	268331	200	R\$ 8,67	<b>R\$ 1.734,00</b>
104	LEVOBUPIVACAÍNA CLORIDRATO 0,5% + EPINEFRINA BITARTARATO 9,1MCG/ML (1:200.000) SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM ESTOJO ESTÉRIL, FRASCO-AMPOLA 20 ML <b>ORS290104HM</b>	UN	305264	300	R\$ 33,41	<b>R\$ 10.023,00</b>
105	LEVOBUPIVACAÍNA CLORIDRATO 0,5% SEM VASOCONSTRITOR, INJETÁVEL, EM ESTOJO ESTÉRIL FRASCO-AMPOLA 20 ML <b>ORS290105HM</b>	UN	268471	200	R\$ 36,81	<b>R\$ 7.362,00</b>
106	LEVOBUPIVACAÍNA CLORIDRATO ISOBÁRICA 0,5%, INJETÁVEL, EM ESTOJO ESTÉRIL, AMPOLA 4 ML <b>ORS290106HM</b>	UN	268472	100	R\$ 35,07	<b>R\$ 3.507,00</b>
107	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, BOLSA 100 ML <b>ORS290107HM</b>	UN	332985	300	R\$ 30,16	<b>R\$ 9.048,00</b>
108	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML <b>ORS290108HM</b>	UN	269845	30	R\$ 111,91	<b>R\$ 3.357,30</b>
109	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 2% + EPINEFRINA (VASOCONSTRITOR) 1:200.00, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 20 ML <b>ORS290109HM</b>	UN	269852	450	R\$ 23,99	<b>R\$ 10.795,50</b>
110	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 2%, SEM VASOCONSTRITOR, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 20 ML <b>ORS290110HM</b>	UN	269843	2.200	R\$ 22,23	<b>R\$ 48.906,00</b>
111	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 20 MG/G (2%), GELÉIA, BISNAGA 30G	UN	269846	1.850	R\$ 8,41	<b>R\$ 15.558,50</b>

	<b>ORS290111HM</b>					
<b>112</b>	LINEZOLIDA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-BOLSA 300 ML <b>ORS290112HM</b>	UN	<b>273413</b>	100	R\$ 30,29	<b>R\$ 3.029,00</b>
<b>113</b>	MANITOL 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 250 ML <b>ORS290113HM</b>	UN	<b>299675</b>	200	R\$ 11,97	<b>R\$ 2.394,00</b>
<b>114</b>	MANITOL 5,4 MG + SORBITOL 27 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 1000 ML <b>ORS290114HM</b>	UN	<b>399922</b>	1.000	R\$ 25,56	<b>R\$ 25.560,00</b>
<b>115</b>	MEROPENEM 1 G, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290115HM</b>	UN	<b>268488</b>	6.000	R\$ 31,15	<b>R\$ 186.900,00</b>
<b>116</b>	MEROPENEM 500 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290116HM</b>	UN	<b>268487</b>	1.200	R\$ 22,42	<b>R\$ 26.904,00</b>
<b>117</b>	METADONA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290117HM</b>	UN	<b>268094</b>	100	R\$ 13,45	<b>R\$ 1.345,00</b>
<b>118</b>	METILCELULOSE 2%, SOLUÇÃO INTRA-OCULAR, SERINGA PREENCHIDA 1,5 ML <b>ORS290118HM</b>	UN	<b>273694</b>	160	R\$ 38,91	<b>R\$ 6.225,60</b>
<b>119</b>	METILERGOMETRINA MALEATO 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290119HM</b>	UN	<b>268264</b>	200	R\$ 6,07	<b>R\$ 1.214,00</b>
<b>120</b>	METILPREDNISOLONA 500 MG, PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 8 ML <b>ORS290120HM</b>	UN	<b>271599</b>	450	R\$ 31,19	<b>R\$ 14.035,50</b>
<b>121</b>	METILPREDNISOLONA SAL SUCCINATO 125 MG, PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 2 ML <b>ORS290121HM</b>	UN	<b>271600</b>	450	R\$ 18,67	<b>R\$ 8.401,50</b>
<b>122</b>	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 5 MG/5 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290122HM</b>	UN	<b>267310</b>	570	R\$ 6,24	<b>R\$ 3.556,80</b>
<b>123</b>	METOPROLOL 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5 ML <b>ORS290123HM</b>	UN	<b>345259</b>	200	R\$ 33,18	<b>R\$ 6.636,00</b>
<b>124</b>	METRONIDAZOL 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 100 ML	UN	<b>268498</b>	1.250	R\$ 15,04	<b>R\$ 18.800,00</b>

	<b>ORS290124HM</b>					
<b>125</b>	MIDAZOLAN 5 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290125HM</b>	UN	<b>268481</b>	2.000	R\$ 7,80	<b>R\$ 15.600,00</b>
<b>126</b>	MIDAZOLAN 5 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 3 ML <b>ORS290126HM</b>	UN	<b>268481</b>	1.000	R\$ 9,55	<b>R\$ 9.550,00</b>
<b>127</b>	MILRINONA 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML <b>ORS290127HM</b>	UN	<b>273474</b>	50	R\$ 98,79	<b>R\$ 4.939,50</b>
<b>128</b>	MORFINA SULFATO 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290128HM</b>	UN	<b>304872</b>	700	R\$ 7,78	<b>R\$ 5.446,00</b>
<b>129</b>	MORFINA SULFATO 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290129HM</b>	UN	<b>304870</b>	900	R\$ 9,99	<b>R\$ 8.991,00</b>
<b>130</b>	MORFINA SULFATO 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290130HM</b>	UN	<b>304871</b>	500	R\$ 9,34	<b>R\$ 4.670,00</b>
<b>131</b>	MOXIFLOXACINO (CLORIDRATO DE) 1,6 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 250 ML – EQUIVALENTE A 400 MG DE MOXIFLOXACINO <b>ORS290131HM</b>	UN	<b>305325</b>	200	R\$ 90,17	<b>R\$ 18.034,00</b>
<b>132</b>	NEOSTIGMINA METILSULFATO 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290132HM</b>	UN	<b>273457</b>	600	R\$ 2,75	<b>R\$ 1.650,00</b>
<b>133</b>	NITROGLICERINA 5 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290133HM</b>	UN	<b>268970</b>	450	R\$ 61,80	<b>R\$ 27.810,00</b>
<b>134</b>	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 50 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290134HM</b>	UN	<b>273719</b>	100	R\$ 36,26	<b>R\$ 3.626,00</b>
<b>135</b>	NOREPINEFRINA (NORADRENALINA) 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 4 ML <b>ORS290135HM</b>	UN	<b>442584</b>	3.000	R\$ 11,54	<b>R\$ 34.620,00</b>
<b>136</b>	OCITOCINA 5 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290136HM</b>	UN	<b>268277</b>	750	R\$ 7,29	<b>R\$ 5.467,50</b>
<b>137</b>	OMEPRAZOL 40 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA	UN	<b>268160</b>	3.900	R\$ 14,85	<b>R\$ 57.915,00</b>

	<b>ORS290137HM</b>					
<b>138</b>	ONDANSETRONA CLORIDRATO 2 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290138HM</b>	UN	<b>268504</b>	5.600	R\$ 7,94	<b>R\$ 44.464,00</b>
<b>139</b>	OXACILINA 500 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290139HM</b>	UN	<b>268513</b>	6.720	R\$ 5,96	<b>R\$ 40.051,20</b>
<b>140</b>	PANTOPRAZOL 40 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290140HM</b>	UN	<b>352314</b>	4.500	R\$ 17,68	<b>R\$ 79.560,00</b>
<b>141</b>	PARECOXIBE 40 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290141HM</b>	UN	<b>273939</b>	100	R\$ 62,59	<b>R\$ 6.259,00</b>
<b>142</b>	PETIDINA CLORIDRATO 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML <b>ORS290142HM</b>	UN	<b>272329</b>	100	R\$ 14,91	<b>R\$ 1.491,00</b>
<b>143</b>	PIPERACILINA 4 G + TAZOBACTAM 500 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290143HM</b>	UN	<b>271725</b>	6.000	R\$ 29,18	<b>R\$ 175.080,00</b>
<b>144</b>	PIPERACILINA 2 G + TAZOBACTAM 250 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290144HM</b>	UN	<b>271724</b>	200	R\$ 25,54	<b>R\$ 5.108,00</b>
<b>145</b>	POLIMIXINA B 500.000 UI, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290145HM</b>	UN	<b>268971</b>	220	R\$ 26,15	<b>R\$ 5.753,00</b>
<b>146</b>	PROMETAZINA 25 MG/ML, AMPOLA 2 ML <b>ORS290146HM</b>	UN	<b>267769</b>	1.000	R\$ 5,03	<b>R\$ 5.030,00</b>
<b>147</b>	PROPOFOL 1%, SERINGA PRONTO-USO DE 50 ML (COM CESSÃO DE BOMBAS INFUSORAS – DIPRIFUSOR, ESPECÍFICAS PARA APLICAÇÃO DO PRODUTO, EM REGIME DE COMODATO) <b>ORS290147HM</b>	UN	<b>448761</b>	50	R\$ 232,32	<b>R\$ 11.616,00</b>
<b>148</b>	PROPOFOL 10 MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML <b>ORS290148HM</b>	UN	<b>305935</b>	200	R\$ 44,81	<b>R\$ 8.962,00</b>
<b>149</b>	PROPOFOL 10 MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 20 ML <b>ORS290149HM</b>	UN	<b>305935</b>	1.000	R\$ 37,71	<b>R\$ 37.710,00</b>
<b>150</b>	PROTAMINA CLORIDRATO 1% (1.000 UI), SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5 ML	UN	<b>272362</b>	100	R\$ 7,60	<b>R\$ 760,00</b>

	<b>ORS290150HM</b>					
<b>151</b>	PROXIMETACAÍNA CLORIDRATO 0,5%, COLÍRIO FRASCO 5 ML <b>ORS290151HM</b>	UN	<b>269571</b>	100	R\$ 25,38	<b>R\$ 2.538,00</b>
<b>152</b>	REMIFENTANILA 2 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290152HM</b>	UN	<b>268973</b>	200	R\$ 56,55	<b>R\$ 11.310,00</b>
<b>153</b>	RINGER COM LACTATO DE SÓDIO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, BOLSA COM 500 ML, SISTEMA FECHADO <b>ORS290153HM</b>	UN	<b>303292</b>	1.500	R\$ 10,75	<b>R\$ 16.125,00</b>
<b>154</b>	RINGER SIMPLES, SOLUÇÃO INJETÁVEL, BOLSA COM 500 ML, SISTEMA FECHADO <b>ORS290154HM</b>	UN	<b>352192</b>	1.600	R\$ 11,34	<b>R\$ 18.144,00</b>
<b>155</b>	ROCURÔNIO BROMETO 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML <b>ORS290155HM</b>	UN	<b>268521</b>	970	R\$ 12,01	<b>R\$ 11.649,70</b>
<b>156</b>	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM ESTOJO ESTÉRIL, FRASCO-AMPOLA 20 ML <b>ORS290156HM</b>	UN	<b>269468</b>	50	R\$ 26,96	<b>R\$ 1.348,00</b>
<b>157</b>	SACCHAROMYCES CERVISIAE 100 MILHÕES/ML (ADULTO), FLACONETES DE 5 ML <b>ORS290157HM</b>	UN	<b>449026</b>	1.900	R\$ 8,08	<b>R\$ 15.352,00</b>
<b>158</b>	SACCHAROMYCES CERVISIAE 50 MILHÕES/ML (PEDIÁTRICO), FLACONETES DE 5 ML <b>ORS290158HM</b>	UN	<b>449025</b>	200	R\$ 6,91	<b>R\$ 1.382,00</b>
<b>159</b>	SEVOFLURANO, LÍQUIDO INALANTE, FRASCO 100 ML <b>ORS290159HM</b>	UN	<b>308877</b>	30	R\$ 277,13	<b>R\$ 8.313,90</b>
<b>160</b>	SEVOFLURANO, LÍQUIDO INALANTE, FRASCO 250 ML <b>ORS290160HM</b>	UN	<b>308877</b>	50	R\$ 901,67	<b>R\$ 45.083,50</b>
<b>161</b>	SIMETICONA 75 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL – GOTAS, FRASCO 15 ML <b>ORS290161HM</b>	UN	<b>412965</b>	1.700	R\$ 5,99	<b>R\$ 10.183,00</b>
<b>162</b>	SOMATOTROPINA 4 UI, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL + DILUENTE, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290162HM</b>	UN	<b>437646</b>	50	R\$ 53,86	<b>R\$ 2.693,00</b>

163	SOMATROPINA, SOMATOTROFINA HUMANA RECOMBINANTE 16 UI, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290163HM</b>	UN	318989	30	R\$ 799,19	<b>R\$ 23.975,70</b>
164	SOMATROPINA, SOMATOTROFINA HUMANA RECOMBINANTE 36 UI, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290164HM</b>	UN	318990	30	R\$ 1.404,54	<b>R\$ 42.136,20</b>
165	SUGAMADEX 100 MG/M, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 2 ML <b>ORS290165HM</b>	UN	389863	50	R\$ 98,64	<b>R\$ 4.932,00</b>
166	SULFAMETOXAZOL 80 MG + TRIMETROPIMA 16 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5 ML <b>ORS290166HM</b>	UN	308885	500	R\$ 6,92	<b>R\$ 3.460,00</b>
167	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290167HM</b>	UN	268076	1.400	R\$ 4,59	<b>R\$ 6.426,00</b>
168	SULFATO DE MAGNÉSIO 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML <b>ORS290168HM</b>	UN	268075	900	R\$ 14,08	<b>R\$ 12.672,00</b>
169	SUXAMETÔNIO CLORETO 100 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5 ML <b>ORS290169HM</b>	UN	268442	200	R\$ 32,50	<b>R\$ 6.500,00</b>
170	SUXAMETÔNIO CLORETO 500 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10 ML <b>ORS290170HM</b>	UN	290168	100	R\$ 29,45	<b>R\$ 2.945,00</b>
171	TEICOPLANINA 400 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 3 ML <b>ORS290171HM</b>	UN	268528	200	R\$ 50,55	<b>R\$ 10.110,00</b>
172	TENECTEPLASE 40 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA + SERINGA + DILUENTE <b>ORS290172HM</b>	UN	448766	15	R\$ 6.697,86	<b>R\$ 100.467,90</b>
173	TENOXICAM 20 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA <b>ORS290173HM</b>	UN	268532	1.200	R\$ 13,38	<b>R\$ 16.056,00</b>
174	TERBUTALINA SULFATO 0,5 MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML <b>ORS290174HM</b>	UN	269818	600	R\$ 2,81	<b>R\$ 1.686,00</b>
175	TIOLCHICOSÍDEO 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML	UN	329359	1.500	R\$ 8,96	<b>R\$ 13.440,00</b>

	ORS290175HM					
176	TIOPENTAL SÓDICO 1 G, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA ORS290176HM	UN	278261	50	R\$ 74,60	R\$ 3.730,00
177	TIROFIBANA CLORIDRATO 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 50 ML ORS290177HM	UN	301769	50	R\$ 800,14	R\$ 40.007,00
178	TRAMADOL CLORIDRATO 100 MG/ 2ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA ORS290178HM	UN	292382	3.000	R\$ 6,25	R\$ 18.750,00
179	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/1 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA ORS290179HM	UN	292382	1.000	R\$ 3,96	R\$ 3.960,00
180	TROPICAMIDA 1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, COLÍRIO ORS290180HM	UN	274561	80	R\$ 28,75	R\$ 2.300,00
181	VANCOMICINA CLORIDRATO 1 G, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA ORS290181HM	UN	268541	1.500	R\$ 44,78	R\$ 67.170,00
182	VANCOMICINA CLORIDRATO 500 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA ORS290182HM	UN	268540	3.700	R\$ 7,22	R\$ 26.714,00
183	VASOPRESSINA 20 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML ORS290183HM	UN	332917	200	R\$ 32,58	R\$ 6.516,00
184	VITELINATO DE PRATA 10%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA ORS290184HM	UN	267732	100	R\$ 39,05	R\$ 3.905,00
185	VORICONAZOL 200 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA ORS290185HM	UN	338298	200	R\$ 394,17	R\$ 78.834,00
VALOR TOTAL						R\$ 4.205.942,56
COTAS RESERVADAS (DECRETO 8.538/2015)						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	CATMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
186	ÁGUA BI-DESTILADA, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, AMPOLA 10 ML (COTA RESERVADA DO ITEM 7 – DECRETO 8.538/2015)	UN	315056	13.775	R\$ 2,26	R\$ 31.131,50

	<b>ORS290186HM</b>					
<b>187</b>	ALTEPLASE 50 MG, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL + DILUENTE, FRASCO-AMPOLA (COTA RESERVADA DO ITEM 12 – DECRETO 8.538/2015) <b>ORS290187HM</b>	UN	<b>436418</b>	8	R\$ 2.779,96	<b>R\$ 22.239,68</b>
<b>188</b>	ANIDULAFUNGINA, 100 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA (COTA RESERVADA DO ITEM 20 – DECRETO 8.538/2015) <b>ORS290188HM</b>	UN	<b>379002</b>	60	R\$ 366,81	<b>R\$ 22.008,60</b>
<b>189</b>	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM ISENTA DE PVC COM 100 ML (COTA RESERVADA DO ITEM 47 – DECRETO 8.538/2015) <b>ORS290189HM</b>	UN	<b>268236</b>	12.525	R\$ 5,74	<b>R\$ 71.893,50</b>
<b>190</b>	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM ISENTA DE PVC COM 500 ML (COTA RESERVADA DO ITEM 49 – DECRETO 8.538/2015) <b>ORS290190HM</b>	UN	<b>268236</b>	5.625	R\$ 12,34	<b>R\$ 69.412,50</b>
<b>191</b>	CONTRASTE RADIOLÓGICO, IOPAMIDOL 300MG DE IODO/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 50 ML (COTA RESERVADA DO ITEM 56 – DECRETO 8.538/2015) <b>ORS290191HM</b>	UN	<b>305236</b>	175	R\$ 131,22	<b>R\$ 22.963,50</b>
<b>192</b>	ENOXAPARINA 40 MG/0,4 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PREENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA, USO SUBCUTÂNEO, OBEDECENDO A NR32 E QUE TENHA CONCLUÍDO ESTUDOS CLÍNICOS FASE 03 (COTA RESERVADA DO ITEM 67 – DECRETO 8.538/2015) <b>ORS290192HM</b>	UN	<b>448982</b>	1.312	R\$ 40,26	<b>R\$ 52.821,12</b>
<b>193</b>	MEROPENEM 1 G, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA (COTA RESERVADA DO ITEM 115 – DECRETO 8.538/2015) <b>ORS290193HM</b>	UN	<b>268488</b>	1.500	R\$ 31,15	<b>R\$ 46.725,00</b>
<b>194</b>	PIPERACILINA 4 G + TAZOBACTAM 500 MG, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA (COTA RESERVADA DO ITEM 143 – DECRETO 8.538/2015)	UN	<b>271725</b>	1.500	R\$ 29,18	<b>R\$ 43.770,00</b>

	ORS290194HM					
195	TENECTEPLASE 40 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA + SERINGA + DILUENTE (COTA RESERVADA DO ITEM 172 – DECRETO 8.538/2015) ORS290195HM	UN	448766	3	R\$ 6.697,86	R\$ 20.093,58
196	TIROFIBANA CLORIDRATO 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA 50 ML (COTA RESERVADA DO ITEM 177 – DECRETO 8.538/2015) ORS290196HM	UN	301769	12	R\$ 800,14	R\$ 9.601,68
VALOR TOTAL						R\$ 412.660,66
VALOR GLOBAL						R\$ 4.618.603,22

## 1.2. CONDIÇÕES GERAIS DO EQUIPAMENTO EM COMODATO:

**1.2.1. O equipamento deverá estar em linha de produção (com declaração emitida pelo fabricante). O equipamento principal e o backup deverá ser preferencialmente novo, cedido com tratamento diferenciado (comodato), não necessita da presença contínua do profissional/técnico na execução do mesmo.**

**1.2.2. O equipamento deverá ser transportado, entregue e instalado (incluindo bancada e quaisquer outros suportes) sem ônus para o contratante. O mesmo recusará o equipamento se este não estiver em perfeita condição de integridade, funcionamento ou não estiver de acordo com as especificações mínimas constantes do presente Edital. O equipamento deverá ser instalados após o primeiro empenho.**

**1.2.3. Contratada deverá entregar junto com o equipamento o Manual de Operação e Manutenção, em português.**

**1.2.4. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo de 72 horas, o equipamento por outro da mesma marca e modelo, ou superior, caso o mesmo apresente defeito insanável.**

**1.2.5. O equipamento disponibilizado permanecerá no Hospital de Aeronáutica de Belém, sob guarda e proteção do mesmo, sob regime de COMODATO, durante todo a vigência do Pregão Eletrônico, e até os insumos adquiridos esgotarem, sem ônus a contratante.**

**1.2.6. O equipamento será devolvido após o término da vigência do Pregão Eletrônico ou ao findar o estoque dos insumos adquiridos, não importando o prazo necessário para o consumo dos mesmos, não cabendo à CONTRATANTE o pagamento de multa**

**ou qualquer valor a título de indenização pelo uso do equipamento pelo eventual prazo que extrapolar o término contratual.**

**1.2.7. Todos os insumos deverão ser da mesma marca do equipamento, em suas embalagens originais, lacradas de fábrica, prontos para uso, estáveis nas condições mencionadas na respectiva bula. As embalagens devem ter a clara identificação do produto acondicionado, condições de armazenamento, prazo de validade, procedência e número do registro no Ministério da Saúde.**

### **1.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO:**

#### **1.3.1. ITEM 147.**

**1.3.1.1. EQUIPAMENTO PRINCIPAL E BACKUP: Bomba de infusão para seringa, microprocessada, portátil, específica para administração de Propofol 1% em sistema Diprifusor (TCI), compatível com seringa de 50 ml. Deve operar nos modos manual (ml/h) e TCI, possuir tela digital para visualização dos parâmetros de infusão e alarmes audiovisuais de segurança. Alimentação bivolt com bateria interna recarregável. Registro válido na ANVISA.**

**1.4.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, ou seja, aqueles cujo padrão de desempenho e qualidade possa ser aferido sem a necessidade de investigações pormenorizadas.

**1.5.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.6.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

**1.7.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. O quantitativo da Ata de Registro de Preços pode ser renovado, mediante a anuência do fornecedor, desde que seja comprovada a manutenção do preço vantajoso e seja respeitado o princípio da anualidade nas contratações públicas. (Art. 84 da Lei nº 14.133).

**1.8.** Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalece o estabelecido neste último.

**1.9.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.10. Prazo de Validade:** O prazo de validade do material não poderá ser inferior a 18 (dezoito) meses e/ou não apresentar prazo de validade inferior a 80% (oitenta por cento) da validade ativa (devidamente explícito na embalagem) contados a partir da data de entrega do produto.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual do ano 2026, conforme detalhamento do documento Declaração Orçamentária para Fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinada pela Ordenadora de Despesas.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

**4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1.** Considerando a natureza do objeto, a contratação observará exclusivamente os critérios de sustentabilidade ambiental que incidam diretamente sobre o objeto licitado, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, especialmente no que se refere à aquisição de medicamentos, insumos hospitalares e materiais da área da saúde.

**4.1.2.** Os produtos a serem fornecidos deverão possuir registro válido junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação sanitária aplicável, como condição de sustentabilidade ambiental, segurança sanitária e proteção à saúde pública.

**4.1.3.** A empresa fornecedora deverá observar, no que couber, as normas sanitárias, ambientais e regulatórias vigentes, aplicáveis à fabricação, comercialização, transporte, armazenamento e descarte dos produtos, em consonância com a legislação ambiental e sanitária brasileira.

**4.1.4.** Ficam afastados critérios genéricos de sustentabilidade ambiental que não guardem relação direta com o objeto da contratação, em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e vinculação ao objeto.

### **Da exigência de amostra**

**4.2.** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização

divulgado por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

**4.2.1.** Sempre que achar pertinente, o pregoeiro poderá exigir que o licitante classificado em 1º lugar, sob pena de não aceitação da proposta, encaminhe amostra do produto ofertado para avaliação da COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL, a qual testará e emitirá um Parecer Técnico do item ofertado, contendo o nome da empresa, número do pregão, número do item, descrição do item, a marca, justificativa se atende ou não atende às especificação do Edital, a data e assinatura do servidor responsável pelo teste.

**4.2.2.** O Parecer Técnico será devolvido para Central de Abastecimento Farmacêutico, a qual encaminhará para o Setor de Licitação.

**4.2.3.** Poderá ser solicitada amostra de todos os itens, quando necessário.

**4.2.4.** Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, conforme modelo abaixo:

SERÃO AVALIADOS OS SEGUINTES ASPECTOS E PADRÕES MÍNIMOS DE ACEITABILIDADE		ATENDE		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
01	EMBALAGEM: Observar se o invólucro protege adequadamente o produto/material; facilidade de abertura da embalagem, embalagem como data fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo se estão registrados de forma clara na embalagem.			
02	INSTRUÇÃO DE USO: Verificar a existência de orientação/instruções de uso que orientem a utilização adequada do produto/material, manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.			
03	PRATICIDADE: Verificar praticidade de utilização do material.			
04	ACABAMENTO: Observar qualidade do acabamento do produto/material.			
05	CONFORMIDADE TÉCNICA: Avaliar se a especificação técnica é compatível com o produto apresentado e as contidas no Edital.			
06	MANUSEIO: Avaliar se o produto/material é de fácil manuseio.			
07	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Observar se a especificação do fabricante está compatível com a finalidade e com características técnicas adequadas; considerar método de esterilização empregado quando for o caso.			
08	SEGURANÇA: Observar se o produto propicia condições de utilização seguras segundo as normas de Boas Práticas.			
09	OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR: Registrar impressão geral do produto/material que justifique ou não o seu emprego na instituição, considerando a opinião dos profissionais que realizaram o teste e se está com conformidade com a descrição técnica do Termo de Referência.			
10	REGISTRO DO MATERIAL NA ANVISA – Os materiais licitados deverão estar registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Caso o produto seja dispensado do registro a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.			

4.2.5. O material deverá ser entregue no local a ser indicado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação, sendo de inteira responsabilidade da empresa o envio e eventuais atrasos na entrega.

4.2.6. Todos os custos relacionados ao envio das amostras, tais como serviços de correios, ficarão a cargo da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar.

4.2.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.2.8. O prazo para encaminhamento das amostras, recebimento provisório, definitivo ou a sua rejeição, será de 10 dias úteis.

4.2.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

**4.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.**

**4.3.1.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

**4.3.2.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**4.3.3.** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras restantes entregues poderão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**4.3.4.** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

### **Subcontratação**

**4.4.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

**4.5.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

4.6. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.7. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.9. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho nas quantidades solicitadas, em remessas única ou parceladas, no seguinte endereço:

- **Hospital de Aeronáutica de Belém: Passagem Ana Deusa nº 108, na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Bairro: Curió-Utinga, CEP: 66610-290 Belém – PA, no horário de 8:00 horas às 17:00 horas (de segunda-feira a quinta-feira) e de 08:00 horas às 11:00 horas (sexta-feira).**
- **Contato telefônico – Seção de Logística Farmacêutica (SLFAR): (91) 3215 – 6532/ 6511/6615 / (91) 98802-1085.**

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

**6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.7.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**6.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

**6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**6.8.2.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

**6.9.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.9.1.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.9.2.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.9.3.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.9.4.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.9.5.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.9.6.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**7.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.4. Multa.**

**7.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

**7.2.4.2.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

**7.2.4.3.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

**7.2.4.4.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

**7.2.4.5.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação; e

**7.2.4.6.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

**7.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**7.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**7.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**7.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**7.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF;

**7.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**7.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**7.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**7.12.** Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**7.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total

ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**8.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado de nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**8.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**8.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

**8.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**8.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**8.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**8.9.** As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

**8.10.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**8.11.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.12.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.13.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**8.14.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.15.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**8.15.1.** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

**8.15.2.** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.16.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.17.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.18.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**8.19.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**8.20.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 88, de 2022.

**8.21.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**8.22.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

**8.23.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.24.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.24.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.25.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.25.1.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**8.25.2.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**8.25.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

**8.25.4.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

## **Cessão de crédito**

**8.26.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

**8.26.1.** A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**8.26.2.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**8.26.3.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**8.26.4.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

**8.27.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGInº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## Reajuste

**8.28.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**8.29.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.30.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.31.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.32.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.33.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.34.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.35.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Forma de fornecimento

**9.2.** O fornecimento do objeto poderá ser de forma integral ou parcelado.

### Critérios de aceitabilidade de preços

**9.3.** Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, serão aceitos apenas os preços unitários compatíveis com os valores de mercado, apurados mediante pesquisa de preços, e que não

excedam os valores máximos estimados pela Administração, conforme disposto no art. 13, inciso I, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023.

**9.4. Valores unitários:** conforme planilha de composição de preços na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

**9.5.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**9.6. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.7. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.8. Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.10. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**9.11. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.13. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971; e

**9.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da **Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014**, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**9.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

**9.23.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

**9.24.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**9.25.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei,

comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.26.** Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**9.27.** Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

**9.28.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.29.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

**9.30.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.31.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

**9.32.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente.

**9.33.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**9.34.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**9.34.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.34.1.1. Comprovar que possui autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com o disposto nos art. 1º e 2º da Lei 6.360/76.**

**9.34.1.2. Apresentar Certidão de Regularidade Técnica, do ano em exercício, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, conforme Lei 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Ou entidade profissional competente.**

**9.34.1.3. Apresentar Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária estadual ou Municipal do ano em exercício, de acordo com o Art 5º, I, da Portaria nº 3.765/98. Vale ressaltar que em caso de falta de licença, pode-se aceitar o protocolo, desde que o mesmo tenha sido distribuído no prazo máximo (cento e vinte dias antes do vencimento) estabelecido pela Resolução ANVISA nº 66 de 05/10/2007, Art. 3º, parágrafo 1º.**

**9.35.** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

**9.36.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**9.37.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

**9.38.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.39.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.40.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.41.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.42.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** São obrigações da Contratante:

**10.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**10.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**10.4.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**10.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**10.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**10.7.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**10.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**10.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**10.10.** A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**10.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

**10.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**10.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**11.2.** Efetuar o fornecimento de acordo com as necessidades da SLFAR, mediante sua solicitação formal, via e-mail funcional [pharma.habe@gmail.com](mailto:pharma.habe@gmail.com), conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade;

**11.3.** Transportar os produtos em veículo adequado, atendendo as normas de segurança para essa finalidade e deverão ser entregues no:

- **Hospital de Aeronáutica de Belém: Passagem Ana Deusa nº 108, na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Bairro: Curió-Utinga, CEP: 66610-290 Belém – PA, no horário de 8:00 horas às 17:00 horas (de segunda-feira a quinta-feira) e de 08:00 horas às 11:00 horas (sexta-feira).**
- **Contato telefônico – Seção de Logística Farmacêutica (SLFAR): (91) 3215 – 6532/ 6511/6615 / (91) 98802-1085.**

**11.4.** O custo de transporte do produto será de responsabilidade da licitante contratada;

**11.5.** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**11.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.7.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.8.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**11.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**11.10.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**11.11.** A vencedora deverá entregar os equipamentos em regime de comodato fornecidos, na dependência do HOSPITAL no endereço constante do preâmbulo deste instrumento, sendo que quando da entrega, deverá assinar documento comprovando o recebimento e as condições. Para tanto, será indispensável o carimbo e assinatura do responsável técnico da empresa vencedora bem como nome legível e assinatura do funcionário responsável pelo recebimento do equipamento. A VENCEDORA se obriga a fornecer, sem ônus:

**11.11.1.** Treinamento para todos os técnicos envolvidos com a operação do equipamento, inclusive fornecer insumos para a realização do treinamento; e quaisquer outros produtos necessários ao funcionamento do equipamento;

**11.11.2.** Insumos e quaisquer outros produtos necessários para o equipamento efetuar todos os testes adquiridos;

**11.11.3.** Manutenções preventivas periódicas e corretivas quando necessário, sem nenhum custo para a contratante. Plena manutenção do equipamento com reposição de peças, bem como o fornecimento de insumos necessários;

**11.11.4.** Assistência técnica/científica local, gratuitamente durante toda a vigência do contrato, devendo fornecer número de telefone para contato de emergência, bem como realizar atendimento em até 2 (duas) horas após o chamado inclusive sábados, domingos e feriados;

**11.11.5.** Um equipamento automatizado preferencialmente novo, com o backup (item 147) com capacidade mínima para suprir as necessidades do setor, com funcionamento no mesmo dia da observância da problemática, que será utilizado em caso de defeito ou paralisação do equipamento principal, evitando danos à continuidade do serviço;

**11.11.6.** A Empresa licitante se responsabilizará pela execução do funcionamento, sem ônus ao contratante, quando da paralisação dos equipamentos (principal e backup) por um período superior a 4 (quatro) horas motivada pela execução de atendimento Técnico e/ou Científico sob a responsabilidade da mesma ou qualquer motivo que impeça o bom funcionamento do ou dos equipamentos como ausência de peças de manutenção ou problema de logística que dificulte o fornecimento do insumo ou material.

**11.11.7.** Acessórios necessários ao pleno funcionamento e segurança do equipamento: Nobreak com a capacidade mínima exigida pelo fabricante ou autonomia para, no mínimo 30 minutos;

**11.11.8.** É permitida a participação com equipamentos de ambas as voltagens (110 e 220 V), desde que a contratada se responsabilize por fazer todas as adequações necessárias para o pleno funcionamento do aparelho, sem nenhum ônus para o contratante.

**11.12.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto;

**11.13.** Reparar e corrigir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem incorreções resultantes do transporte ou de meios empregados;

**11.14.** Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à execução do objeto desta licitação;

**11.15.** Executar o fornecimento através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o HABE exigir a retirada daquelas, cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar este Hospital, por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;

**11.16.** Dar ciência ao HABE, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada no fornecimento dos itens solicitados;

**11.17.** Entregar todos os produtos mediante a apresentação da respectiva nota fiscal (em três vias), constando no corpo da nota fiscal o nº do empenho a que se refere, atentando para que a discriminação do produto e a unidade estejam de acordo com o termo de referência;

**11.18.** A CONTRATADA deverá fazer constar na NOTA FISCAL o NOME e PRAZO DE VALIDADE e o LOTE dos insumos e, a descrição dos produtos iguais ao da nota empenho.

**11.19.** Por ocasião da entrega dos materiais, o fornecedor deverá aguardar a identificação, avaliação quantitativa e qualitativa dos produtos, inclusive a verificação do acondicionamento apropriado, embalagem com identificação e datas de validades estipuladas neste Termo;

**11.20.** Entregar os produtos na quantidade solicitada e com as marcas dos produtos de acordo com as determinadas no empenho;

**11.21.** Obrigar os entregadores e/ou fornecedores a apresentar-se com vestimenta adequada (calça e camisa), não estando sem camisa durante o ato de entrega dos produtos;

**11.22.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;**
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;**
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;**
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e**

**5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017; por ocasião do pagamento (execução da NE) e da liquidação da Nota Fiscal de Venda/Fatura.**

## **12. SUSTENTABILIDADE E ALINHAMENTO AO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)**

**12.1.** A presente contratação está alinhada às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) desta unidade, em conformidade com o Decreto nº 10.936/2022 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

**12.2.** Considerando o impacto ambiental potencial decorrente do uso intensivo de materiais descartáveis, esta aquisição observa critérios de sustentabilidade sempre que possível, priorizando itens que possuam certificações ambientais, sejam atóxicos, livres de metais pesados, e cuja embalagem permita descarte seletivo ou logística reversa, quando aplicável.

**12.3.** Além disso, esta contratação contribui para o cumprimento das metas estabelecidas no PLS do hospital, relacionadas à redução da geração de resíduos sólidos, à escolha de materiais com menor impacto ambiental e à promoção de práticas mais sustentáveis no ambiente hospitalar, sem prejuízo à segurança e à eficácia do atendimento assistencial.

## **13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 4.618.603,22 (Quatro milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e três reais e vinte e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

**13.2.** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**13.2.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.2.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**13.2.3.** Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**13.2.4.** Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**14.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**I.** Gestão/Unidade: 00001/120089

**II.** Fonte de recursos: 10000000000

**III.** Programa de Trabalho (PTRES): 214537

**IV.** Elemento de despesa (natureza da despesa): 339030

**V.** Plano Interno: CG190946501

## 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

**15.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas (exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas).

## 16. RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCOS AZEVEDO DOS SANTOS**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 09:32:17.*

**PAULO HENRIQUE LIMA DA SILVA**

Agente de contratação

**EDINEA SILVA RODRIGUES**

Agente de contratação

## **ANEXO A**

### **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE/COMODATÁRIO**

Para utilização do(s) equipamento (s) em regime de comodato, o COMODATÁRIO, obriga-se a adquirir os produtos constantes da proposta comercial da COMODANTE, datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e da Ata de Registro de Preços \_\_\_\_/\_\_\_\_, obedecidas às condições estipuladas na proposta de preços.

Abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo no(s) equipamento(s), bem como toda e qualquer manutenção que se fizer necessária, que ficarão a cargo da COMODANTE.

O(s) equipamento(s) em regime de comodato disponibilizado(s) permanecerá(ão) sendo de exclusiva propriedade da COMODANTE, e será (ão) entregue (s) ao COMODATÁRIO, o qual não poderá vende-lo(s); caucionado(s); cedido(s); onerado(s), de qualquer forma, alienado(s); ou alugado(s) a terceiros.

Cuidar para que o(s) equipamento(s) seja(m) utilizado(s) de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento e constantes do manual de operações e deverão ser utilizados pelo COMODATÁRIO somente com o propósito estipulado no termo de referência e no instrumento de comodato.

Exigir da contratada/comodante que apresente cobertura do seguro do(s) equipamento(s) disponibilizado(s), durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências, enfim, a apresentação, pelo COMODANTE, da respectiva apólice de seguro.

Não poderá o COMODATÁRIO fazer qualquer alteração ou conserto no(s) equipamento(s), sem a assistência técnica da COMODANTE, que deverá ser comunicada imediatamente, em caso de se verificar tal possibilidade.

No momento da devolução, o(s) equipamento(s) deverá(ão) apresentar-se nas mesmas condições em que o comodatário o(s) recebeu.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/COMODANTE**

Disponibilizar em regime de comodato, o(s) equipamento(s), especificados a seguir.

Especificação do(s) equipamento (s) :

(...)

O(s) equipamento(s) serão entregues ao COMODATÁRIO em perfeito estado de conservação e funcionamento. O COMODANTE fornecerá ao COMODATÁRIO todos os insumos e as peças de reposição, necessários ao perfeito funcionamento do(s) equipamento(s) disponibilizado (s).

O(s) equipamento(s) serão cedidos gratuitamente ao COMODATÁRIO, para fins de utilização do produto fornecido pelo COMODANTE, conforme estipulado no edital ..... e anexos.

Responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento do(s) equipamento (s), que inclui, sem qualquer ônus para a COMODATÁRIA, sua instalação, treinamento inicial e regular dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas e calibração, e assessoria científica.

Atender os chamados técnicos para manutenção corretiva do(s) equipamento (s) em um prazo máximo de duas horas, incluindo finais de semana e feriados.

Substituir o(s) equipamento(s) inoperante(s) em caso de defeito, por outro, de mesma característica, em um prazo máximo de 72 horas, de modo a não interferir na rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA.

Realizar manutenção preventiva no(s) equipamento(s) conforme periodicidade recomendada pelo fabricante, mediante visitas com periodicidade mínima de 60 dias, valendo a periodicidade que for menor.

Responder por todos os custos relacionados à troca de peças no(s) equipamento(s), de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possível variação na rede elétrica ou imperícia no uso.

Registrar todas as visitas de ordem técnica para manutenção ou inspeção do(s) equipamento(s), formalizando-as através de um documento (ordem de serviço e/ou “checklist”), que deverá ser entregue ao chefe da seção ao final do serviço.

Identificar o(s) equipamento(s), ao final de cada manutenção preventiva, com etiqueta contendo no mínimo as informações: data da execução, data da próxima visita (validade), nome da empresa que revisou o(s) equipamento (s) e rubrica do executante. A etiqueta deverá ser aprova d’água ou estar protegida (ex. adesivo transparente).

O(s) equipamento(s) cedido à COMODATÁRIA deverá estar acompanhado de:

Duas cópias do manual de operação em idioma português;

Carta de entrega constando todos os dados do(s) equipamento(s) (fabricante, modelo, número de série);

Dados da COMODANTE (razão social, endereço);

CNPJ/MF;

Nome da pessoa de contato comercial;

Nome da pessoa de contato para assistência técnica;

Telefones de contato e telefones de contato para final de semana e feriado;

Programa de manutenção preventiva (cronograma anual de visitas e “checklist”).

Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA motivada pela falta do(s) equipamento(s), por um período superior a quatro horas, o que implicará a notificação à administração superior competente para providências cabíveis. Dentre as providências a serem adotados estão glosa parcial ou total da fatura relativa ao fornecimento do produto.

Responsabilizar-se por quaisquer acidentes, sinistros ou danos que possam acontecer com seu(s) equipamento(s), pois a COMODATÁRIA não oferece seguro para tal cobertura. A COMODANTE efetuará a cobertura do seguro do(s) equipamento(s) disponibilizado(s) em comodato, durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências, obrigando-se a apresentar ao COMODATÁRIO a respectiva apólice de seguro.

Comprometer-se a manter, em condição regular e normal, a disponibilização do(s) equipamento(s), mediante comodato, enquanto permanecer(em) em estoque na seção, os produtos adquiridos para uso no(s) equipamento(s).

Durante a vigência do comodato do(s) equipamento(s), será avaliado o suporte técnico prestado pela COMODANTE, bem como, o desempenho do(s) equipamento(s). As não conformidades serão comunicadas à COMODANTE pelo chefe da seção. Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação à administração superior competente para providências cabíveis.

A COMODANTE se obriga a treinar os usuários designados para utilizar o(s) equipamento(s) disponibilizado(s) sem custo adicional para o COMODATÁRIO.



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	5 - TR_233-2025_Medicamentos - Lista 01
Data/Hora de Criação:	13/02/2026 12:50:45
Páginas do Documento:	46
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	47
Hash MD5:	89c6a19d49494f3b4f0dcc327b73bcd7
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCOS AZEVEDO DOS SANTOS no dia 13/02/2026 às 10:00:23 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 20/06/2026 às 13:20:08 no horário oficial de Brasília.

## GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

## Estudo Técnico Preliminar 180/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 67215.XXXXXX/2025-XX

## 2. A) OBJETO DA AQUISIÇÃO:

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da **Aquisição de Medicamentos, com a cessão do equipamento referente ao item 147, em regime de comodato, a serem utilizados pelo Hospital de Aeronáutica de Belém e demais organizações apoiadas pelo Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, e se justifica de acordo com as informações dispostas a seguir.

## 3. Descrição da necessidade

A **Aquisição de Medicamentos, com a cessão do equipamento referente ao item 147, em regime de comodato, a serem utilizados pelo Hospital de Aeronáutica de Belém e demais organizações apoiadas pelo Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE)**, é essencial para a execução da atividade-fim desta Organização de Saúde e para a garantia da assistência adequada aos usuários do Sistema FUNSA. Os medicamentos são insumos indispensáveis à atuação do corpo de saúde, viabilizando a realização de procedimentos clínicos e terapêuticos de diferentes níveis de complexidade.

O Hospital de Aeronáutica de Belém presta atendimento contínuo a pacientes ambulatoriais, internados, do centro cirúrgico, bem como a casos de urgência e emergência, abrangendo situações de baixa, média e alta complexidade, inclusive tratamentos especializados, como o oncológico. Essa realidade gera uma demanda permanente por medicamentos, cuja indisponibilidade compromete a continuidade da assistência e a segurança dos pacientes.

Dessa forma, faz-se necessária a aquisição contínua e planejada de medicamentos, por meio do Sistema de Registro de Preços, a fim de assegurar o abastecimento regular, a padronização terapêutica, a redução de aquisições emergenciais e a otimização dos recursos públicos, garantindo a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde prestados pelo Hospital de Aeronáutica de Belém e pelas organizações apoiadas.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Logística Farmacêutica do Hospital de Aeronáutica de Belém – HABE	Ten QOCon Farm Marcos Azevedo dos Santos, Chefe do Setor

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

– A Lei 14.133/2021, em seu art. 67, dispõe sobre o tipo de documentação relativa à qualificação técnica que pode ser exigida, a fim de não serem impostas exigências desnecessárias ou excessivas, garantindo, ao mesmo tempo, a isonomia dos participantes, bem como que o vencedor do certame tenha condições técnicas de atender ao contrato.

– Entre os documentos de qualificação técnica, passíveis de exigência, estão o registro ou a inscrição na entidade profissional competente e a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente. Ademais, devem ser atendidos requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

– As empresas vencedoras deverão observar o que dispõe a Lei 6.360/1976 sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos e outros produtos. Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir esses produtos as empresas autorizadas pela ANVISA e cujos estabelecimentos tenham sido licenciados pelo órgão sanitário das unidades federativas em que se localizam (art. 2º da Lei 6.360/1976 e art. 2º do Decreto 8.077). O

licenciamento, pela autoridade local, desses estabelecimentos industriais ou comerciais depende de o funcionamento da empresa ter sido autorizado pela ANVISA (art. 3º, inciso I, do Decreto 8.077/2013).

– As empresas deverão apresentar autorização de funcionamento, de fabricação, distribuição e importação dos produtos, anuir com a importação e exportação e conceder registro desses produtos (art. 7º, incisos VII a IX, da Lei 9.782/1999).

– As empresas deverão disponibilizar o material no prazo limite de 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho;

– As empresas vencedoras do certame deverão arcar com todas as despesas decorrentes da obrigação de entregar o material no endereço do Hospital de Aeronáutica de Belém:

- **Hospital de Aeronáutica de Belém: Passagem Ana Deusa nº 108, na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Bairro: Curió-Utinga, CEP: 66610-290 Belém – PA, no horário de 8:00 horas às 17:00 horas (de segunda-feira a quinta-feira) e de 08:00 horas às 11:00 horas (sexta-feira).**
- **Contato telefônico – Seção de Logística Farmacêutica (SLFAR): (91) 3215 – 6532/ 6511/ 6615 / (91) 98802-1085.**

– Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. Lei 9.782/1999, Art. 7º, incisos VII a IX.

**- O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da aceitação da proposta da empresa no Comprasnet, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133.**

**- A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. O quantitativo da Ata de Registro de Preços pode ser renovado, mediante a anuência do fornecedor, desde que seja comprovada a manutenção do preço vantajoso e seja respeitado o princípio da anualidade nas contratações públicas. (Art. 84 da Lei nº 14.133).**

## 6. Levantamento de Mercado

Trata o presente documento das justificativas para realização de pesquisa de preços, em virtude da impossibilidade de utilização dos parâmetros definidos nos Incisos I, II, IV e V do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021.

Saliente-se que o mandamento constante do caput do § 1º artigo 5º da IN 65/2021, determinava que fossem priorizados os métodos dos incisos I e II.

Desta forma, resta claro que, havendo dificuldade para obediência à ordem definida no artigo 5º da IN 65/2021, não existe qualquer óbice legal para que a pesquisa seja realizada com base no inciso III *“dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.”*

Tal opção levou em conta a dificuldade de obtenção de preços de materiais com características e quantidades similares às demandadas pela Administração no “painel de preços” e “nas contratações similares de outros entes públicos”.

Durante o processo de pesquisa de preços para o presente processo licitatório, consideráveis desafios foram enfrentados ao tentar encontrar referências de custos específicos para materiais com características e quantidades semelhantes às demandadas pela Administração. Esta dificuldade foi particularmente evidente ao explorar o "painel de preços" e ao analisar as contratações similares realizadas por outros entes públicos.

O "painel de preços", embora seja uma ferramenta útil para consultar valores praticados no mercado, muitas vezes não apresenta uma gama abrangente de produtos ou quantidades específicas requeridas para nossa licitação. Os itens disponíveis podem não corresponder exatamente às características técnicas ou à quantidade necessária para atender às demandas do nosso processo licitatório. Isso limita sua utilidade como fonte confiável de comparação direta.

Da mesma forma, ao analisar contratações similares realizadas por outros entes públicos, restou notória a falta de informações precisas sobre os detalhes específicos dos materiais adquiridos. As contratações anteriores podem ter envolvido variações significativas nas especificações ou nos volumes, tornando difícil extrapolar os custos para nosso contexto atual.

Essas limitações na obtenção de dados precisos e relevantes sobre preços são cruciais para a transparência e eficácia do processo licitatório. Apesar dos desafios encontrados, buscaram-se métodos alternativos para estimar os custos com base em informações disponíveis, incluindo consultas diretas a fornecedores e análises de mercado mais amplas.

É importante ressaltar que a dificuldade em encontrar dados precisos não comprometeu a integridade ou a diligência do processo de pesquisa de preços. Pelo contrário, destacou a necessidade de aprimorar a disponibilidade e a acessibilidade de informações relevantes para futuros procedimentos licitatórios, visando garantir a eficiência e transparência em todas as etapas do processo de compras públicas.

Utilizou-se, portanto a mídia especializada “Banco de Preços” para se fazer a cotação dos itens. O Banco de Preços possibilita a melhora no processo de contratação pública, pois otimiza a atuação dos agentes, atribui confiabilidade às informações e padroniza os procedimentos.

Desta forma, tendo em vista a impossibilidade gerencial e fática verificada, restou à Administração efetuar ampla pesquisa relacionada ao ramo do objeto do processo.

Existem diversos “Bancos de Preços” disponíveis no setor público e no setor privado para auxiliar na pesquisa de preços referenciais em compras públicas.

Exemplo disso é o Banco de Preços, da empresa NP Eventos e Serviços LTDA, que é um avançado banco de dados desenvolvido para auxiliar em todas as fases da contratação pública: preparação, licitação e execução do contrato.

Possui a maior base de consulta disponível no mercado, com mais de 12 milhões de preços, o que amplia o resultado da pesquisa, afere a realidade dos preços e atende aos princípios constitucionais da economicidade e da moralidade.

É único no seu segmento, pois possui funcionalidades exclusivas que o caracterizam como uma solução integrada e completa.

Fácil e intuitivo, o Banco de Preços foi desenvolvido para garantir segurança, agilidade e economia aos processos de compras públicas.

O Banco de Preços é uma ferramenta de última geração para pesquisa e comparação de preços, considerada assim uma mídia especializada para pesquisa de preços para aquisições do governo. Ele fornece uma base de dados diferenciada no mercado, pois, utiliza preços adjudicados ou homologados de outras Administrações Públicas servindo de apoio na formação do valor estimado. O sistema prima pela facilidade de uso utilizando conceitos de navegação fácil e intuitiva.

Quem realiza a pesquisa de preços enfrenta, diariamente, diversos obstáculos. Com o desejo de facilitar o dia a dia, prezando pela segurança e sucesso do processo, vou relembrar alguns pontos importantes do Banco de Preços:

- Atende todos os incisos da Instrução Normativa nº 65/2021;
- É um meio de pesquisa e não uma fonte de pesquisa;
- Atualizada os resultados diariamente;
- Tem mais de quinze fontes de pesquisa;
- Fornece, ao final da pesquisa, um relatório completo, com todas as fontes e informações obrigatórias e complementares para embasar a sua pesquisa de preço;
- Utilizado pela maioria dos órgãos de controle, inclusive Tribunais de Contas Municipais e Estaduais, Superintendência de Administração do Distrito Federal e Tribunal de Contas da União.

Por tais razões, este Grupamento de Apoio, decidiu por fazer a aquisição desse serviço levando em conta a sua funcionalidade que aperfeiçoaria em muito a gestão na realização da pesquisa de preços e ainda por ser rápido e seguro, a estimativa dos preços de mercado e dos preços praticados pela própria Administração, que permite a abstenção de preços inexequíveis ou exorbitantes. Por ser uma ferramenta que usa os próprios dados registrados em órgãos da Administração Pública Federal e de outras esferas.

O método utilizado para obtenção do preço estimado foi a média, utilizando no mínimo 5 (cinco) preços.

## 7. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de medicamentos destinados ao Hospital de Aeronáutica de Belém (HABE), com a finalidade de assegurar o abastecimento contínuo dos insumos necessários à execução das atividades assistenciais desenvolvidas pela instituição.

A definição das especificações técnicas e dos quantitativos baseou-se em pesquisa de mercado, no histórico de consumo e nas necessidades identificadas pela área requisitante e demandante, observando-se critérios de compatibilidade com os protocolos clínicos adotados, segurança do paciente e melhor custo-benefício para a Administração.

A aquisição permitirá a manutenção da capacidade operacional do HABE, garantindo a continuidade dos tratamentos e a adequada assistência aos pacientes atendidos em caráter ambulatorial, em regime de internação hospitalar ou em Unidades de Terapia Intensiva, de forma segura, eficiente e ininterrupta.

Dessa forma, a solução adotada visa assegurar a continuidade e a qualidade da assistência à saúde prestada aos usuários do Sistema FUNSA, promovendo o uso racional dos recursos públicos, a redução de aquisições emergenciais e a otimização da gestão dos insumos, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para a demonstração de como foram estabelecidas as quantidades estimadas a serem adquiridas, foram realizados os procedimentos descritos abaixo, tomando-se o cuidado de não incluir condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame. As quantidades definidas neste estudo estão determinadas conforme o documento “Mapa de Consumo Médio”.

- As especificações técnicas e os quantitativos foram definidos com base no histórico de consumo dos medicamentos pelo órgão no exercício anterior, bem como na quantidade estimada em estoque. O objetivo é permitir o abastecimento por 12 meses (1 ano) dos medicamentos descritos no Termo de Referência.
- A metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados da aquisição resultou de parâmetros encaminhados pelo setor solicitante, conjugados com a projeção de consumo realizada pela Seção de Logística Farmacêutica (SLFAR), por meio do sistema “SILOMS”, módulo “SUPRIMENTOS”. Foram verificados o consumo dos anos de 2023 e 2025, bem como a quantidade em estoque dos medicamentos, de modo a elaborar uma previsão de consumo para o período de 1 (um) ano.
- Também foi realizada consulta no sistema “SILOMS”, módulo “SUPRIMENTOS”, para todos os itens do processo que tiveram movimentação no ano de 2025. Para os itens que apresentaram consumo superior à média dos dois anos anteriores, utilizou-se a previsão de consumo para o ano de 2026, acrescida de uma taxa de segurança de 25%, a fim de contemplar eventual aumento na demanda de algum item.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 4.618.603,22

O custo estimado da contratação é de **R\$ 4.618.603,22 (Quatro milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e três reais e vinte e dois centavos)**.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto desta contratação poderá ser executado de forma integral ou parcelada, com a licitação realizada por itens, conforme previsto no Termo de Referência, em razão de sua natureza divisível. O parcelamento não acarretará prejuízos à funcionalidade ou à integralidade da solução, mostrando-se técnica e economicamente viável.

Dessa forma, o parcelamento possibilita a ampla participação de licitantes, permitindo que estes concorram pela execução do objeto em sua totalidade ou por itens/unidades autônomas. Tal medida tende a ampliar a competitividade do certame, ao viabilizar a participação de empresas que, embora não possuam capacidade para executar a totalidade do objeto, atendam plenamente a determinados itens.

Ressalta-se que a opção pelo parcelamento observou os princípios da viabilidade técnica e econômica, não ocasionando perda de escala, e objetivou o melhor aproveitamento do mercado fornecedor, bem como a ampliação da competitividade e da vantajosidade para a Administração.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A estimativa dos quantitativos foi realizada tomando-se por base que a aquisição dos medicamentos é imprescindível para a continuidade das atividades assistenciais do Hospital de Aeronáutica de Belém (HABE) e das Organizações Militares apoiadas pelo Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE), podendo a interrupção de seu fornecimento comprometer diretamente os tratamentos em curso e a integridade da assistência prestada aos usuários.

Os medicamentos, objetos deste certame, caracterizam-se como bens essenciais e de uso comum na área da saúde, estando plenamente inseridos no Planejamento e Gerenciamento de Contratações do HABE, em conformidade com as diretrizes de abastecimento contínuo e racional da instituição. O objeto da contratação também está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme descrito na Declaração Orçamentária para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação para aquisição de medicamentos foi estruturada com o objetivo de alcançar os seguintes benefícios:

- **Assegurar a continuidade na dispensação de medicamentos** aos diversos setores assistenciais do Hospital de Aeronáutica de Belém (HABE), evitando desabastecimentos e interrupções terapêuticas;
- **Garantir o atendimento regular e adequado aos usuários do Sistema FUNSA**, atendendo às demandas assistenciais de forma contínua e eficiente;
- **Manter a continuidade dos serviços de saúde atualmente prestados**, preservando a capacidade operacional da Organização de Saúde;
- **Promover um atendimento seguro, eficiente, humanizado e de qualidade** aos usuários do HABE, contribuindo para melhores desfechos clínicos;
- **Aprimorar os indicadores de qualidade dos serviços de saúde** prestados por esta Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA), por meio da padronização do fornecimento e da gestão adequada dos medicamentos.

## 14. Providências a serem Adotadas

A administração tomou todas as providências para recebimento do material com a devida comissão publicada em Boletim Interno.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

**15.1.** Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de medicamentos, identificam-se os seguintes possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

- **Geração de resíduos farmacêuticos:** a utilização de medicamentos pode resultar na geração de resíduos, como sobras, produtos vencidos e embalagens, os quais demandam manejo, acondicionamento e descarte adequados, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.
- **Uso de embalagens descartáveis:** os medicamentos são, em sua maioria, acondicionados em embalagens descartáveis, sendo necessária a adoção de práticas de segregação e descarte seletivo dos resíduos, observando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- **Conformidade sanitária e regulatória:** os medicamentos deverão possuir, quando exigido, registro válido junto à ANVISA, garantindo a segurança sanitária e mitigando riscos ambientais decorrentes do uso ou descarte inadequado.
- **Crítérios de sustentabilidade ambiental:** a contratação observará, no que couber, critérios de sustentabilidade diretamente relacionados ao objeto, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), respeitando os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e vinculação ao objeto.

### 15.2. ALINHAMENTO AO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

**15.2.1.** A presente contratação está alinhada às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) desta unidade, em conformidade com o Decreto nº 10.936/2022 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021;

**15.2.2.** Considerando o impacto ambiental potencial decorrente do uso intensivo de materiais descartáveis, esta aquisição observa critérios de sustentabilidade sempre que possível, priorizando itens que possuam certificações ambientais, sejam atóxicos, livres de metais pesados, e cuja embalagem permita descarte seletivo ou logística reversa, quando aplicável; e

**15.2.3.** Além disso, esta contratação contribui para o cumprimento das metas estabelecidas no PLS do hospital, relacionadas à redução da geração de resíduos sólidos, à escolha de materiais com menor impacto ambiental e à promoção de práticas mais sustentáveis no ambiente hospitalar, sem prejuízo à segurança e à eficácia do atendimento assistencial.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos fatos expostos neste Estudo Preliminar, tomando como diretriz superior à necessidade de prover o fornecimento mínimo e adequado de medicamentos destinados a atender as necessidades dos usuários do Hospital de Aeronáutica de Belém (HABE), garantindo a continuidade dos serviços

ofertados pelo hospital, e ainda, considerando o orçamento e prioridades, conforme justificado neste instrumento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCOS AZEVEDO DOS SANTOS**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 16:38:48.*

**PAULO HENRIQUE LIMA DA SILVA**

Agente de contratação

**EDINEA SILVA RODRIGUES**

Agente de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	4 - ETP_120628-180-2025_Medicamentos
Data/Hora de Criação:	13/02/2026 12:51:45
Páginas do Documento:	6
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	7
Hash MD5:	3bb10358992030c7f0826e901cd79290
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCOS AZEVEDO DOS SANTOS no dia 13/02/2026 às 10:00:23 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 20/06/2026 às 13:20:08 no horário oficial de Brasília.

**GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM**

(Processo Administrativo nºXXXXX.XXXXXX/XXXX-XX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO GRUPAMENTO  
DE APOIO DE BELÉM (GAP-BE)  
E .....

A União, por intermédio do Grupamento de Apoio de Belém, com sede na Av. Júlio César, s/nº, bairro Souza, Belém – Pará, CEP 66613-902, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo Coronel Intendente LEANDRO LADISLAU DE SOUZA Ordenador de Despesas, nomeado pelo Boletim Interno Ostensivo nº XX, de X de XXXXXX de 202X, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação para **Aquisição de Medicamentos, com a cessão do equipamento referente ao item 147, em regime de comodato, a serem utilizados pelo Hospital de Aeronáutica de Belém e demais organizações apoiadas pelo Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	CATMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

**2.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

**7.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.5.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**8.1.6.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.1.9.** A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.1.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

**8.1.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**9.2.** Efetuar o fornecimento de acordo com as necessidades da SLFAR, mediante sua solicitação formal, via e-mail funcional [pharma.habe@gmail.com](mailto:pharma.habe@gmail.com), conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade;

**9.3.** Transportar os produtos em veículo adequado, atendendo as normas de segurança para essa finalidade e deverão ser entregues no:

**• Hospital de Aeronáutica de Belém: Passagem Ana Deusa nº 108, na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Bairro: Curio-Utinga, CEP: 66610-290 Belém – PA, no horário de 8:00 horas às 17:00 horas (de segunda-feira a quinta-feira) e de 08:00 horas às 11:00 horas (sexta-feira).**

**• Contato telefônico – Seção de Logística Farmacêutica (SLFAR): (91) 3215 – 6532/ 6511/6615 / (91) 98802-1085.**

**9.4.** O custo de transporte do produto será de responsabilidade da licitante contratada;

**9.5.** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**9.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.7.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**9.8.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.10.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**9.11.** A vencedora deverá entregar os equipamentos em regime de comodato fornecidos, na dependência do HOSPITAL no endereço constante do preâmbulo deste instrumento, sendo que quando da entrega, deverá assinar documento comprovando o recebimento e as condições. Para tanto, será indispensável o carimbo e assinatura do responsável técnico da empresa vencedora bem como nome legível e assinatura do funcionário responsável pelo recebimento do equipamento. A VENCEDORA se obriga a fornecer, sem ônus:

**9.11.1.** Treinamento para todos os técnicos envolvidos com a operação do equipamento, inclusive fornecer insumos para a realização do treinamento; e quaisquer outros produtos necessários ao funcionamento do equipamento;

- 9.11.2.** Insumos e quaisquer outros produtos necessários para o equipamento efetuar todos os testes adquiridos;
- 9.11.3.** Manutenções preventivas periódicas e corretivas quando necessário, sem nenhum custo para a contratante. Plena manutenção do equipamento com reposição de peças, bem como o fornecimento de insumos necessários;
- 9.11.4.** Assistência técnica/científica local, gratuitamente durante toda a vigência do contrato, devendo fornecer número de telefone para contato de emergência, bem como realizar atendimento em até 2 (duas) horas após o chamado inclusive sábados, domingos e feriados;
- 9.11.5.** Um equipamento automatizado preferencialmente novo, com o backup (item 147) com capacidade mínima para suprir as necessidades do setor, com funcionamento no mesmo dia da observância da problemática, que será utilizado em caso de defeito ou paralisação do equipamento principal, evitando danos à continuidade do serviço;
- 9.11.6.** A Empresa licitante se responsabilizará pela execução do funcionamento, sem ônus ao contratante, quando da paralisação dos equipamentos (principal e backup) por um período superior a 4 (quatro) horas motivada pela execução de atendimento Técnico e/ou Científico sob a responsabilidade da mesma ou qualquer motivo que impeça o bom funcionamento do ou dos equipamentos como ausência de peças de manutenção ou problema de logística que dificulte o fornecimento do insumo ou material.
- 9.11.7.** Acessórios necessários ao pleno funcionamento e segurança do equipamento: Nobreak com a capacidade mínima exigida pelo fabricante ou autonomia para, no mínimo 30 minutos;
- 9.11.8.** É permitida a participação com equipamentos de ambas as voltagens (110 e 220 V), desde que a contratada se responsabilize por fazer todas as adequações necessárias para o pleno funcionamento do aparelho, sem nenhum ônus para o contratante.
- 9.12.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto;
- 9.13.** Reparar e corrigir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem incorreções resultantes do transporte ou de meios empregados;
- 9.14.** Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à execução do objeto desta licitação;
- 9.15.** Executar o fornecimento através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o HABE exigir a retirada daquelas, cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar este Hospital, por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- 9.16.** Dar ciência ao HABE, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada no fornecimento dos itens solicitados;
- 9.17.** Entregar todos os produtos mediante a apresentação da respectiva nota fiscal (em três vias), constando no corpo da nota fiscal o nº do empenho a que se refere, atentando para que a discriminação do produto e a unidade estejam de acordo com o termo de referência;
- 9.18.** A CONTRATADA deverá fazer constar na NOTA FISCAL o NOME e PRAZO DE VALIDADE e o LOTE dos insumos e, a descrição dos produtos iguais ao da nota empenho.
- 9.19.** Por ocasião da entrega dos materiais, o fornecedor deverá aguardar a identificação, avaliação quantitativa e qualitativa dos produtos, inclusive a verificação do acondicionamento apropriado, embalagem com identificação e datas de validade estipuladas neste Termo;
- 9.20.** Entregar os produtos na quantidade solicitada e com as marcas dos produtos de acordo com as determinadas no empenho;
- 9.21.** Obrigar os entregadores e/ou fornecedores a apresentar-se com vestimenta adequada (calça e camisa), não estando sem camisa durante o ato de entrega dos produtos;

**9.22.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017; por ocasião do pagamento (execução da NE) e da liquidação da Nota Fiscal de Venda/Fatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

**10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6.** É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7.** O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8.** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9.** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.11.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.12.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**10.13.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**13.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**13.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

**13.4.** Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**13.5.** Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**13.6.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.7.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**13.8.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.9.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.10.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.10.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.10.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.10.3.** Das indenizações e multas.

**13.11.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**13.12.** O CONTRATANTE poderá ainda:

**13.12.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

**13.12.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**13.13.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

- 14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I)** Gestão/Unidade: 00001/120089
- II)** Fonte de recursos: 1000000000
- III)** Programa de Trabalho (PTRES): 214537
- IV)** Elemento de despesa (natureza da despesa): 339030
- V)** Plano Interno: CG190946501
- VI)** Nota de empenho: 2026NE00XXXX

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

- 16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

- 17.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

- 18.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belém, Seção Judiciária do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	5 - Termo de Contrato (Minuta) - Medicamentos - Lista 01
Data/Hora de Criação:	13/02/2026 12:52:27
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	59e7710fe4ca251395218c2970b2b6ac
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCOS AZEVEDO DOS SANTOS no dia 13/02/2026 às 10:00:23 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 20/06/2026 às 13:20:08 no horário oficial de Brasília.

## MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

Processo Administrativo nº 67215.008107/2025-18

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A)[*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*], com sede no(a) [*endereço*], na cidade de [*cidade*]/[*UF*], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [*CNPJ*], neste ato representado(a) pelo(a) [*cargo e nome*], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [*dia*] de [*mês*] de [*ano*], publicada no DOU de [*dia*] de [*mês*] de [*ano*], portador da Matrícula Funcional nº [*nº matrícula*], considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica* para REGISTRO DE PREÇOS nº 90143/2025, publicada no ..... de ...../202....., processo administrativo nº 67215.008107/2025-18, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação* sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a Aquisição de Medicamentos, com a cessão do equipamento referente ao item 147, em regime de comodato, a serem utilizados pelo Hospital de Aeronáutica de Belém e demais organizações apoiadas pelo Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE), e demais unidades apoiadas, especificado(s) no(s) item(ns) **XX** do Termo de Referência, do *edital de licitação* nº 90143/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [ <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata

### 3. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir o primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. O quantitativo da Ata de Registro de Preços pode ser renovado, mediante a anuência do fornecedor, desde que seja comprovada a manutenção do preço vantajoso e seja respeitado o princípio da anualidade nas contratações públicas

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado

5.1.2. O contratado decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCPe ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em.... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Minuta da Ata Registro de Preços
Data/Hora de Criação:	03/06/2026 17:32:50
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	6ddb898a8b21b23fdeb78a71e622c8f4
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 20/06/2026 às 13:20:09 no horário oficial de Brasília.

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

AO GAP-BE

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, apresenta a seguinte proposta relativa ao Pregão Eletrônico SRP nº 90143/GAP-BE/2025.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.			
VALOR TOTAL			

Prazo de validade da proposta: 120 (cento e vinte dias)

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL DESIGNADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO			
Nome			
CPF:	_____._____._____ - ____		
RG/ Órgão Emissor			
Telefone/fax para contato com a empresa	(____) _____ - _____		
Endereço eletrônico	_____@_____		
ENDEREÇO PARA ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA:			
Logradouro		nº	
Complemento			
Bairro		CEP	
Município		UF	

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	MINUTA EDITAL 90143-2025 COMPLETA
Data/Hora de Criação:	22/12/2025 19:02:44
Páginas do Documento:	106
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	107
Hash MD5:	75cf5860cf8e0dd79871387af68435af
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel LEANDRO LADISLAU DE SOUZA no dia 08/01/2026 às 12:12:23 no horário oficial de Brasília.